Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	15
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	16
10.5 - Políticas contábeis críticas	18
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	20
10.8 - Plano de Negócios	21
10.9 - Outros fatores com influência relevante	23

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os negócios da Companhia, a situação financeira, o resultado das operações, e as perspectivas poderão ser afetados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como: a instabilidade social e política; expansão ou contração da economia global ou brasileira; controles cambiais e restrições a remessas para o exterior; flutuações cambiais relevantes; alterações no regime fiscal e tributário; liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; taxas de juros; inflação; política monetária; política fiscal; risco de preço; e outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem. A incerteza quanto à implantação de mudanças por parte do governo brasileiro nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e pode aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão nos afetar adversamente.

A não obtenção das Licenças de Operação poderá afetar negativamente ou inviabilizar o plano de negócios da Companhia.

O não sucesso dos Testes Pré-Clínicos e Clínicos das insulinas desenvolvidas pela Companhia, poderão colocar em risco ou inviabilizar o plano de negócios e o futuro da Companhia.

A não obtenção das Licenças e Aprovações Regulatórias sobre o Produto e sobre o Processo de Fabricação da Companhia, podem colocar em risco o futuro da mesma.

A instabilidade do câmbio poderá afetar à Companhia, face à previsão de que grande parte dos investimentos ou serviços origina-se do exterior. O risco cambial poderá afetar principalmente o montante de investimento previsto no Projeto da Companhia, como também em parte da receita da Companhia, advinda das subsidiárias no exterior.

Elevação de juros, ou taxas de juros instáveis podem produzir efeitos negativos à Companhia, como obrigações financeiras mais onerosas, em decorrência dos futuros financiamentos do Projeto da companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

- (a) O projeto de investimentos da Companhia prevê um volume significativo de importação de equipamentos e serviços, os quais estão sujeitos a riscos de variação cambial do Real frente a moedas externas.
- **(b)** A Companhia procura proteger-se de tais riscos de variação cambial sobre os investimentos futuros em moeda estrangeira, pois tal risco pode afetar a capacidade financeira da Companhia em completar seu Projeto de investimentos.
- **(c)** A Companhia utiliza como mecanismo de proteção cambial (hedge) para seus investimentos futuros, dos quais grande parte são de equipamentos importados, e sujeitos a variação cambial, a expatriação e manutenção de importante parcela deste investimento em moedas externas. Recursos estes foram provenientes da recente capitalização da Companhia.
- (d) Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para cumprir com seu projeto de investimento.
- (e) A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).
- **(f)** A Companhia mantém controle efetivo e detalhado de todos os compromissos assumidos, financeiros ou não. A Administração da Biomm reforçou sua equipe de controladoria há dois anos, incrementando a implantação de controles e processos internos, implantação de novo ERP, e hoje mantém tais controles bastante eficientes.
- (g) A administração da Biomm SA mantém controle ativo de todas as licenças de implantação do projeto e de operação necessárias.
- **(h)** A Companhia mantém acompanhamento efetivo do cronograma do projeto de engenharia da Fábrica de Nova Lima, o qual passa no momento pela finalização do projeto de engenhria detalhada. A empresa gerenciadora da obra já fora contratada. O próximo passo da Companhia, é a contratação da empresa construtora, para em seguida dar início às obras do empreendimento.

A Administração da Biomm mantém acompanhamento contínuo e detalhado dos trabalhos de CMO (Contract Manufacturing Organization), os quais vem apresentando resultados positivos esperados dos produtos desenvolvidos pela Biomm, que posteriormente serão produzidos em escala na fábrica de Nova Lima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia vêm aprimorando o monitoramento e o controle de seus riscos.

Não foram identificados alterações significativas dos principais riscos de mercado que a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

As informações relevantes já foram divulgadas nos tópicos anteriores.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O principal negócio da Companhia será a unidade de produção biofarmacêutica, destinada à produção e comercialização de insulina e outras proteínas terapêuticas, por engenharia genética (biofármacos), que está em construção na cidade de Nova Lima, no estado de Minas Gerais. Para tal, a Companhia captou recursos para seu investimento oriundos de investidores e agentes financiadores.

A Companhia concluiu o seu processo de capitalização em janeiro de 2014, com o volume total de subscrições de 13.488.488 (treze milhões quatrocentos e oitenta e oito mil quatrocentos e oitenta e oito) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$ 155.522.266,64 (cento e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e dois mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), representando cerca de 78% do montante máximo do aumento de capital aprovado, tendo sido subscrito e integralizado, portanto, o número de ações necessário para que o Conselho de Administração homologasse o aumento de capital, conforme informado nos Avisos aos Acionistas divulgados em 21 de novembro de 2013, 30 de dezembro de 2013 e 10 de janeiro de 2014.

Em 2013 foram contratadas linhas de financiamento destinadas a completar o investimento de construção da fábrica de produção de insulina. Em 2014, a Companhia recebeu o montante de R\$ 45.858.000,00 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil reais), dos R\$ 200.097.962,99 (duzentos milhões, noventa e sete mil novecentos e sesenta e dois reais e noventa e nova centavos) inicialmente contratados. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP são as entidades financiadoras deste projeto.

Após a conclusão do Projeto Conceitual de Engenharia, que foi desenvolvido por um consórcio de empresas americana e alemã e tropicalizado por uma empresa de Engenharia do Proprietário brasileira.

A companhia encerrou o ano de 2014 com o início das obras no local onde será construída a futura unidade fabril. Foram realizados os serviços de supressão vegetal e iniciada a terraplenagem, conforme necessidade para a infraestrutura da futura fábrica. A Companhia, neste período, iniciou também a aquisição e encomenda dos principais equipamentos de produção da primeira fase, para formulação e envase.

No Brasil, além da sede em Belo Horizonte e das filiais de Montes Claros e Nova Lima (todas no localizadas no estado de Minas Gerais), foram criadas duas novas filiais: uma localizada em Contagem - Minas Gerais e outra em Itajaí - Santa Catarina. Estas filiais foram criadas com o objetivo de se tornarem os centros de estocagem e distribuição para a comercialização de insulina no mercado brasileiro.

Dois relevantes contratos de parceria comercial de importação de insulina foram assinados no final de 2014 pela Companhia, com a finalidade de antecipar a entrada da Companhia no mercado brasileiro, antes mesmo do início de sua produção própria. Tais contratos tem por objeto o fornecimento de (a) insulina análoga Glargina, em parceria com a empresa Gan&Lee Pharmaceutical Limited. e (b) insulina NPH e Regular em parceria com a Bioton S.A.. Vale salientar que ambos os contratos possuem exclusividade entre estes fornecedores e a Companhia no mercado brasileiro e estão condicionados à obtenção dos registros das insulinas junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

A Companhia encerrou o exercício de 2014 com disponibilidades líquidas no montante de R\$ 28.361.853 (vinte e oito milhões trezentos e sessenta e dois mil oitocentos e cinquenta e três reais) em depósitos no exterior de curto prazo, R\$ 73.470.496 (setenta e três milhões quatrocentos e setenta mil quatrocentos e noventa e seis reais) em aplicações em títulos e valores mobiliários no mercado local e no exterior, com prazo superior a 90 dias, e R\$ 5.723.741. (cinco milhões setecentos e vinte e três mil setecentos e quarenta e um reais) em aplicações de curto prazo no mercado local. Estas verbas são destinadas a cobrir investimentos e despesas pré operacionais da construção da unidade fabril em Nova Lima.

A Biomm também está licenciando sua tecnologia e participando do projeto de implantação de uma planta de produção de insulinas humanas recombinantes na Arábia Saudita, através de um contrato de Joint Venture (JV) entre Gabas Holding e Biomm Middle East Inc (Biomm ME - subsidiária integral da Biomm S.A.), chamado Gabas Global Company for Biotechnology. Em 2014 o projeto Gabas obteve licenças ambientais pelo Ministério da Saúde do referido país e iniciou a contratação de fornecedores para a realização do Projeto de Engenharia Conceitual da planta.

A JV tem o capital inicial de SR 45.000.000 (SR=Rial Saudita; US\$ 1 equivalente a SR 3,7528 em 31 de dezembro de 2014 e SR3,7508 de 2013), sendo que Gabas Holding subscreveu ações que equivalem a 51% do capital total e a Biomm ME 49%. Apesar do acionista estrangeiro possuir 51% do capital da JV, o seu estatuto social assegura que nenhum dos acionistas exercerá, individualmente, preponderância nas deliberações sociais.

Em 2015, a Biomm renegociou seu contrato de joint venture com relação a venda e transferência de tecnologia, bem como assessoria na implantação da planta de produção de insulina recombinante na Arábia Saudita.

Os principais pontos renegociados foram: (i) a alteração da participação societária inicial da Companhia, a qual resultará com 15% (quinze por cento) do negócio, com a outorga de opção de compra de ações de emissão da Gabas Global em favor da Biomm Middle East, em substituição da participação societária até então detida pela Biomm Middle East na Gabas Global e com a consequente quitação das obrigações financeiras até então assumidas pela Companhia; (ii) a instituição de um cronograma contemplando o prazo da construção e da operação da planta; (iii) a redefinição do cronograma para pagamento, pela Gabas Global, do saldo devedor de US\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de dólares) à Biomm International, em 31 parcelas mensais, iguais e consecutivas de US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares) a partir de abril de 2015; e (iv) alteração do foro do contrato e legislação aplicável para Londres, Inglaterra.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia está representado por 30.827 mil ações, sendo todas ordinárias, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$ 168.584.514.

Os principais acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2014 eram: Grupo TMG (i.e., IBR e outros) (21,66% das ações), Grupo Mares Guia (17,75% das ações), Grupo Emrich (9,93% das ações), BNDESPAR (13,99% das ações), BDMGTEC (8,13% das ações), Grupo Gaetani (5,43% das ações); os acionistas remanescentes somavam 23,11% das ações.

Não há autorização do estatuto social da Companhia ou deliberação em assembleia geral extraordinária que possibilite a aplicação de lucros ou reservas no resgate de ações. Destaca-se que não há intenção da Companhia em fazê-lo.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia possui disponibilidade de recursos oriundos do processo de capitalização que ocorreu entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014. Em 19 de setembro de 2013, a Companhia celebrou o Contrato de Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Subscrição") que previa, entre outras disposições, o investimento na Companhia pelas seguintes entidades: IBR L.P. (sociedade controlada pelo fundo TMG II PE Fund L.P., denominado "IBR"), BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. ("BNDESPAR"), BDMGTEC PARTICIPAÇÃO S.A ("BDMGTEC").

Após a Companhia receber tal capitalização, parte dos recursos foram transferidos para conta corrente e aplicados no exterior, em Dólares e Euros, a fim de proteger os futuros compromissos de investimento da Companhia em moeda estrangeira.

Além disso, a Companhia assinou financiamento em moeda local, firmado com bancos de fomento (conforme detalhado no item abaixo 10.1f), que preveem liberação do restante de recurso necessário para a construção da unidade industrial biofarmacêutica da Companhia em Nova Lima – Minas Gerais.

O quadro seguinte demonstra as disponibilidades frente aos compromissos assumidos da Companhia em 2014 (valores expressos em milhares de Reais).

Caixa disponível no exterior US\$ Depósitos bancários e aplicações financeiras US\$
Compromissos em US\$ Caixa líquido em US\$
Caixa disponível no exterior EUR Depósitos bancários e aplicações financeiras EUR
Compromissos em EUR
Caixa líquido em EUR
Compromissos em Rial

Consolidado							
31/12/14		31/1	31/12/13				
Moeda		Moeda					
Estrangeira	Reais	Estrangeira	Reais				
535	1.421	-	-				
15.141	40.218	10.809	25.315				
(7.176)	(19.061)	(584)	(1.369)				
8.500	22.578	10.225	23.946				
73	236	-	-				
17.993	58.064	15.000	48.378				
(159)	(515)	(26)	(83)				
17.907	57.786	14.974	48.295				
(22.050)	(15.612)	(22.050)	(13.772)				

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

Atualmente, a principal fonte de financiamento para investimento em ativos não circulantes da Companhia e para despesas pré operacionais são os recursos aportados pelo seu processo de capitalização, bem como os contratos de financiamento.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos são essencialmente coincidentes com as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, quais sejam, os recursos aportados pela subscrição de novas ações e contratos de financiamentos firmados.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas e; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O saldo dos empréstimos financeiros aberto em 31 de dezembro de 2014 está demonstrado a seguir (valores expressos em milhares de Reais):

Instituição Financeira	Valor contratado	Vencimento final	Valor captado até 2014	Juros Anuais	Saldo contábil em 31/12/2014	Saldo contábil em 31/12/2013
BNDES	73.557	2025	23.000	3,50%	23.170	-
FINEP	70.438	2025	14.858	TJLP	14.890	-
BDMG	26.103	2025	8.000	3,50%	8.059	-
BDMG	2.000	2017	2.000	8,00%	1.324	1.851
FAPEMIG	30.000	2025	-	3,11%	-	-
			47.858		46.798	1.851

Em conformidade com as deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de agosto de 2013, na data de 19 de setembro de 2013 foram firmados os seguintes contratos de financiamento também com vistas à implementação do Projeto:

- i) Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, no valor de R\$ 73.557 mil. Sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA são devidos juros à taxa fixa de 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano (a título de remuneração). O montante dos juros será exigível trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2013 e 15 de outubro de 2017, e mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2017, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato. O principal da dívida decorrente deste contrato deve ser pago ao BNDES em 96 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de novembro de 2017, comprometendo-se a BIOMM a liquidar com a última prestação, em 15 de outubro de 2025, todas as obrigações decorrentes deste contrato.
- ii) Contrato de Financiamento celebrado com a Financiadora de Estudos e Projetos FINEP, no valor de até R\$ 70.438 mil, por Escritura Pública, de acordo com os termos e condições previstos nos respectivos instrumentos. Sobre o principal da dívida incidirão, pro rata tempore, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% (cinco por cento) ao ano
- a título de SPREAD, reduzidos por EQUALIZAÇÃO equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano. O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago à FINEP em 97 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. Durante o período de carência de 48 meses, que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do Contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, serão cobrados os encargos acima referido. O montante de juros será apurado e exigido mensalmente, durante o prazo de carência, vencendo todo dia 15. Durante o período de amortização, o montante de juros acima referido, será exigido juntamente com as prestações do principal e no vencimento ou na liquidação do contrato.
- iii) Contrato de Financiamento mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, celebrado com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. BDMG, no valor de R\$26.103 mil. Às seguintes taxas: a) a serem cobrados ao BDMG pelo BNDES: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao ano (a título de remuneração); e b) a serem cobrados à Biomm pelo BDMG: 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano (a título de remuneração). O prazo de carência é de 48 meses, contados a partir do dia 15 imediatamente subsequente à data da formalização jurídica da operação, e encerrando-se em 15/10/2017. Durante o período de carência os juros serão exigidos trimestralmente. As amortizações serão em 96 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.
- iv) Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos originários Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. BDMG, no valor de R\$2.000 mil. Sobre o valor total do crédito incidirão juros à taxa efetiva de 8,00% (oito por cento) ao ano, calculados por dias corridos, exigidos juntamente com as prestações de

principal, durante a amortização, bem como no vencimento ou na liquidação da dívida, independentemente da emissão de aviso de cobrança. O prazo de carência é de 12 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. A dívida será paga em 48 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15/07/2013 e a última em 15/06/2017, independentemente da emissão de aviso de cobrança.

v) Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos originários da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, no valor de R\$30.000 mil, celebrado com o BDMG na qualidade de mandatário da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Sobre o valor total do crédito incidirão juros à taxa efetiva de 3,11% (três vírgula onze por cento) ao ano, calculados por dias corridos, com base na taxa equivalente diária (365 ou 366 dias), capitalizados mensalmente durante o período de carência. Referidos juros serão exigidos juntamente com as prestações de principal, nos respectivos vencimentos e na liquidação da dívida, exceto durante o período compreendido entre a liberação dos recursos e o vencimento da primeira prestação (período de carência), em que serão exigidos trimestralmente. O prazo de carência é de 48 meses, contados a partir do dia 15 subsequente à data da formalização jurídica da operação. A dívida será paga em 96 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15/11/2017 e a última em 15/10/2025, independentemente da emissão de aviso de cobrança.

A Administração da Companhia gerencia seu fluxo de caixa de acordo com suas disponibilidades versus seus compromissos, buscando constantemente maior eficiência nesta gestão e mantendo seus recursos aplicados no mercado financeiro de forma conservadora e em instituições de primeira linha.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados.

Nos contratos de financiamento firmados com os bancos de fomento elencados no item anterior estão previstas cláusulas de cumprimento, pela Companhia, de índices financeiros apurados anualmente em balanço auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários, que deverão ser calculados e mantidos pela Companhia durante a vigência de todo o contrato. Estes índices entrarão em vigor a partir da incidência de 12 parcelas de amortização do principal do valor contratado.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis para a preparação das demonstrações financeiras, controladora e consolidadas, foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para

fins de IFRS seria custo ou valor justo. Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício. A demonstração do valor adicionado, apesar de não requerida pelo IFRS, é obrigatória para as Companhias abertas no Brasil. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período, sendo ajustada como informação suplementar às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão expostas a seguir:

Base de Elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real ("BRL" ou "R\$").

Bases de consolidação

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas. A Companhia apresenta sua participação em empresa com controle compartilhado nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa da Companhia realiza transações com sua controlada em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações nas controladas em conjunto não relacionadas à Companhia.

Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia, seguindo o seguinte princípio: Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários (como por exemplo ativo intangível e capital social) são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira e reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio histórica.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio média do período apurado. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Benefícios a empregados

PÁGINA: 10 de 23

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago proporcional ao tempo de prestação de serviço do empregado. A obrigação deve ser estimada de maneira confiável. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a obrigações de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor justo.

Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado: Edificações (15 a 20 anos), máquinas e equipamentos (10 anos), instalações (10 anos), terrenos (não são depreciados). Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. A depreciação é reconhecida no resultado.

Ativos intangíveis

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Biomm e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Reconhecimento de receita

A Companhia encontra-se em estágio pré-operacional e por isto não tem reconhecimento de receita no ano de 2014. Em 2013 a Companhia reconheceu receita através do método de percentagem de conclusão (POC) e contabilizou o ganho referente ao seu contrato de prestação de serviços de transferência de tecnologia. O uso do método POC requer que a Companhia estime os serviços realizados até a data base do balanço, como uma proporção dos serviços totais contratados. No consolidado, a receita de serviços decorrente da transferência de tecnologia e assessoria técnica é reconhecida proporcionalmente à etapa do serviço prestado em relação ao orçamento total do contrato, tendo como base os custos incorridos. Na controladora, a receita de Royalties é reconhecida quando ocorre o recebimento financeiro das parcelas referente ao contrato de transferência de tecnologia entre Gabas (sócio na JV Arábia Saudita) e Biomm International (subsidiária Biomm SA). Para todos

os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos guando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os ativos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial em uma das quatro categorias a seguir: (i) pelo valor justo por meio de resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação do ativo financeiro em uma das quatro categorias de ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade. As aplicações financeiras da Companhia são classificadas na categoria de empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial em uma das duas categorias a seguir: (i) passivos financeiros a valor justo por meio do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A Companhia não possui passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como "outros passivos financeiros" e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem os fornecedores, empréstimos, financiamentos e contratos de mútuo.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: No mercado principal para o ativo ou passivo; na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia mensura o valor justo de um ativo ou passivo observando os dados disponíveis no mercado tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A Companhia não possui provisões para contingências de risco que deveriam ser divulgados nas notas explicativas.

Custo de empréstimos

Custo de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo correspondente do ativo quando superiores aos rendimentos financeiros auferidos das aplicações dos recursos recebidos. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

PÁGINA: 12 de 23

PÁGINA: 13 de 23

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- a) Resultados das operações da Companhia
- (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais
- (iii) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços
- (iv) impacto da inflação, da variação de preço dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Biomm S.A. encontra-se em fase Pré-Operacional. Concentra seus esforços na construção da unidade fabril em Nova Lima (MG) e está em busca constante no aperfeiçoamento de suas tecnologias, tornando-as mais competitivas, ampliando a proteção de sua propriedade intelectual e desenvolvendo relações comerciais, sobretudo internacionais, para a possível antecipação de receita antes mesmo do início de suas operações. Não foram registradas receitas de vendas no ano de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- a) Introdução ou alienação de segmento operacional
- b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária
- c) eventos ou operações não usuais

A Companhia não realizou qualquer alteração em seu segmento operacional. A Biomm S.A. é uma Companhia de biotecnologia que detém tecnologia de produção de insulina pelo processo de DNA recombinante. Caracteriza-se pelo uso de microrganismos em contraste com os processos puramente químicos. A Companhia possui um processo de produção de proteínas terapêuticas, utilizadas na produção de medicamentos: os biofármacos. Em 2014 não ocorreu evento ou operação que não sejam usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- a) Mudanças significativas nas práticas contábeis
- b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis
- c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Administração reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer de seus auditores independentes, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S, referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. As ressalvas e ênfases seguem abaixo na íntegra conforme exposto:

Continuidade das operações

Em atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia está em fase pré-operacional e que apresentou prejuízo de R\$12.713 mil e R\$10.059 mil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente. Até que os resultados operacionais do projeto sejam suficientes para sua manutenção, a Companhia continuará a depender do apoio financeiro dos seus acionistas e financiadores. A capacidade de continuidade operacional da Companhia depende do sucesso na implementação do seu plano de negócios.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2 e, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado em 03 de março de 2015, sem modificações, contendo a mesma ênfase acima descrita.

Com relação às ênfases apresentas pelos auditores independes quando elaboração e apreciação as demonstrações financeiras da Biomm S.A., os diretores da Companhia avaliam que excesso de passivos sobre ativos circulantes consolidados, o uso de recursos dos acionistas como forma de financiamento das operações da Companhia apesar de, em uma primeira análise, aparentemente poderia gerar incertezas quanto à continuidade operacional de uma companhia, sendo que, no caso da Biomm, não existe risco substancial de tal cenário se desenhar.

Os administradores da Companhia têm empenhado seus melhores esforços para, o mais brevemente possível, gerar negócios para a companhia, através dos contratos comerciais de importação firmados com fornecedores estrangeiros, no intuito de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

antecipar sua entrada no mercado brasileiro, com possível participação em programa de PDP (Programa de Desenvolvimento Produtivo). Adicionalmente, destacamos que a Administração da Companhia, com o apoio do Conselho de Administração, tem se empenhado em traçar estratégias e elaborar planos de negócios para gerar crescimento e agregar valor à Companhia.

Por fim, destacamos que não foi necessário realizar qualquer ajuste nas demonstrações financeiras da Companhia em função das ênfases apontadas pelos auditores independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativa e adote premissas no seu melhor julgamento, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 11 e 12 - contabilização da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e intangível; 23 - valor justo de instrumentos financeiros.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, ao menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheetitems), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A implantação da nova fábrica da Biomm na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerias, envolve a aquisição de máquinas e equipamentos, construções, instalações eletromecânicas e serviços especializados, que farão parte dos ativos imobilizado e intangível da Companhia. Com o crescimento das operações, a Companhia terá como meta a implantação de novos controles e processos que visam mitigar os riscos inerentes ao negócio. O contrato firmado para futura compra de serviço, não demonstrado nas demonstrações financeiras da Companhia, nos demonstrativos contábeis apresentados de 31 de dezembro de 2014, porém relatado em nota explicativa (Nota 25 – Nota de compromisso) está explicado a seguir:

- Engenharia Detalhada do Projeto: em agosto de 2014 foi assinado o contrato de Engenharia do Projeto para a validação do projeto básico e execução do projeto detalhado. O valor total do contrato é de R\$ 5.400 mil, sendo que até dezembro de 2014 foram desembolsados R\$ 1.388 mil.
- Aquisição de imobilizado: em novembro foi assinado um contrato para a aquisição de equipamentos que faz parte da linha de produção de insulina no valor de EUR 3.731 mil, sendo desembolsado até no final do 4º trimestre de 2014 o valor de EUR 2.612 mil.
- Serviços de Supressão Vegetal e Terraplenagem: em julho de 2014 foi assinado o contrato de serviços de supressão vegetal e terraplenagem que será executado até o início do primeiro trimestre de 2015. Em novembro de 2014, foi assinado um aditivo contratual com a inclusão de novos serviços, assim, o valor acordado de R\$ 1.400 mil passou para R\$ 3.394 mil. Neste sentido, foram desembolsados em até 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$ 2.461 mil.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não detém qualquer outra informação que não esteja publicada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

PÁGINA: 19 de 23

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

O presente item não é aplicável, uma vez que não existiu qualquer item não evidenciado nas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2014.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A) Investimentos, incluindo:

- (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;
 - (ii) Fontes de financiamento dos investimentos
- (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A Companhia está estruturando a implantação de uma planta biofarmacêutica para a produção de insulina e outras proteínas recombinantes.

De acordo com o estudo financeiro econômico e a revisão do projeto pela Companhia, a completa implantação deste, incluindo os investimentos na fábrica, investimentos em testes clínicos, e despesas pré-operacionais, somarão aproximadamente R\$ 540 milhões.

As fontes para tais investimentos e despesas são provenientes de recursos oriundos da capitalização da Companhia concluída em janeiro de 2014 e recursos de financiamento proveniente dos contratos celebrados, em 19 de setembro de 2013, entre a Companhia, BNDES, BDMG e FINEP.

A planta biofarmacêutica produzirá cristais de insulina (o ingrediente farmacêutico ativo) e as formulações de insulina (em diferentes tipos de ação) nas apresentações de frasco de 10 ml e em carpules de 3 ml para uso em canetas injetoras.

O prazo para conclusão da primeira fase de construção planta biofarmacêutica, para formulação e envase, é estimado em 2 anos.

De acordo com o plano de negócios elaborado, espera-se que a planta atinja sua capacidade máxima de produção no quinto ano de operação. As projeções de vendas da Companhia estão baseadas no crescimento do número de diabéticos no Brasil. De acordo com a IDF (International Diabetes Federation) e dados do Ministério da Saúde, estima-se uma maior aderência ao tratamento com insulina por parte dos diabéticos Tipo 2. A Organização Mundial de Saúde estima que o número de diabéticos é de 387 milhões de pessoas (idade de 20 a 79 anos) no mundo e as previsões apontem para 592 milhões em 2035. A combinação destas premissas resulta em uma projeção de crescimento de mercado acima de 10% ao ano entre 2014 até 2020, conforme análise da Companhia.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia manteve continuidade nas aquisições de equipamentos e serviços visando a implantação de sua planta biofarmacêutica para a produção de insulina e outras proteínas recombinantes (biofámacos) no Brasil. A Companhia tem como previsão, para os próximos anos, continuar com o plano de aquisição dos equipamentos que viabilizarão o projeto da construção da mais moderna fábrica de insulina na América Latina.

c) Novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Com a implantação da unidade biofarmacêutica em Nova Lima (MG), descrita no item "a", a Companhia passará a produzir medicamentos biofarmacêuticos, conforme estruturado no plano de negócios e não tem intenção de modificar sua linha de produção.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional. As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica, expondo-a a risco de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito, e risco de liquidez. A exposição cambial da Companhia implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação principalmente ao dólar norte-americano e ao euro. Os compromissos futuros da Companhia em moeda estrangeira incluem pagamentos a fornecedores estrangeiros. A Companhia gerencia risco cambial sobre sua expectativa de investimentos em moeda estrangeira dentro de seu plano de investimentos em sua nova unidade industrial, utilizando como instrumento financeiro a expatriação dos recursos para conta corrente no exterior em moeda estrangeira, no montante equivalente a previsão dos compromissos futuros em tais moedas e, por isso, não é afetada significativamente pela sua exposição cambial.